

## CONTRATO DE TRABALHO

# COMO FICA O 2º SEMESTRE?

Tradicionalmente no mês de maio acontecem as atribuições de aula em toda a universidade. É o período em que o professor define como será a sua atuação no segundo semestre letivo. Porém, neste ano, muitas dúvidas ainda persistem. No início de 2011 a Fundação, juntamente com a Reitoria, editou o ato nº 1/2011, que regulamentou a decisão do Conselho Superior de Administração, Consad, de ampliar a maximização para titulares e associados, além de terminar com as especificidades na aplicação da deliberação 65/78 a cada curso. Isso tudo apesar da deliberação do Consun pelo fim da maximização e dos reiterados posicionamentos dos professores nas assembleias da APROPUC.

Diante das contestações levantadas por diversos setores da PUC-SP, coordenadores de curso, chefes de departamento, diretores de faculdade e pela própria APROPUC, os gestores recuaram e apresentaram uma tabela provisória para a composição dos contratos, muito próxima do que vinha sendo aplicado, mas mantendo a maximização para titulares e associados. Porém, a tabela apresentada tinha caráter provisório, terminando ao final do primeiro semestre, quando outra so-

lução deveria ser adotada.

A Comissão de Contrato de Trabalho do Consun também teve a sua atuação marcada por uma série de controvérsias, principalmente porque as deliberações do Consad atropelaram possíveis encaminhamentos da Comissão. Depois de várias negociações os docentes decidiram, sob determinadas condições, continuar seu trabalho, mas aí o semestre já ia pela metade e o prazo dilatou-se por mais 90 dias.

### DIRETORES DE FACULDADE

Assim, chegamos ao final de abril sem que uma nova diretriz para o preenchimento dos contratos esteja delineada. Os diretores de faculdade têm feito reuniões com a Reitoria e a Fundação São Paulo e demonstrado sua preocupação com o que poderá acontecer no segundo semestre. Embora o reitor tenha acenado em algumas oportunidades que não acontecerão demissões no segundo semestre, se os gestores insistirem com a aplicação da deliberação 01/2011 na íntegra, certamente teremos mais enxugamentos de contrato, com a consequente depauperação do nível de ensino e trabalho.

Nesse sentido os diretores de faculdade estão

propondo à Fundação e à Reitoria para que, no mínimo, as regras contratuais permaneçam como estão neste semestre.

### AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO

Durante todo este semestre a APROPUC, através das Comissões de Trabalho aprovadas em suas assembleias, vem levantando as diversas situações de precarização que são impostas aos professores pela deliberação do Consad. Em várias oportunidades os docentes manifestaram-se relatando as dificuldades que têm encontrado para ministrar uma aula com a qualidade exigida por uma instituição como a PUC-SP. Muitos docentes diminuíram seus contratos para que a qualidade de seus cursos fosse mantida (veja os relatos de Matilde Melo, em nossa edição anterior, e Marijane Lisboa, nesta edição, além de um

estudo sobre o tema feito pelas Comissões da APROPUC). No limite, docentes de diversos departamentos deixaram a PUC-SP por não concordarem com o aviltamento salarial a que foram submetidos (esse é o caso de um professor da Faculdade de Direito que pediu desligamento neste mês), ou por encontrarem em outras instituições de ensino melhores condições de trabalho e acesso à carreira. Nessa situação estão prioritariamente os docentes que ingressaram recentemente na universidade e têm que se submeter à nova tabela salarial.

Por estes motivos é que a APROPUC tem encaminhado as suas discussões no sentido da manutenção da dignidade profissional e acadêmica dos docentes, dentro de uma universidade que sempre zelou pela qualidade de ensino ministrada a seus alunos, bem como do desenvolvimento de pesquisa e extensão.

### PRECARIZAÇÃO DO ENSINO E TRABALHO

MARIJANE LISBOA,  
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS,  
É A NOSSA ENTREVISTADA DESTA SEMANA

PÁGINA 3

LEVANTAMENTO MOSTRA  
QUE PROFESSORES PRECISAM CUMPRIR  
44 HORAS PARA UM CONTRATO DE 40

PÁGINA 4



PRECARIZAÇÃO DO ENSINO E TRABALHO

# "A PUC-SP está dilapidando o patrimônio cultural que foi construído nestes 60 anos"

*Marijane Lisboa é professora do Departamento de Sociologia há 32 anos. Já lecionou nos cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Jornalismo, Psicologia, Turismo e História. Nesta semana ela é nossa entrevistada para debater a precarização das condições de ensino e trabalho na universidade.*

"Eu fui contra a maximização desde o primeiro momento, nenhum de nossos conselheiros a deveria ter aprovado porque ela não garantia a resolução do problema econômico e piorava as condições de trabalho. O que acontece hoje é que temos de dar mais aulas pelo mesmo salário. Eu tenho tido a oportunidade de complementar a minha renda com trabalhos de tradução e consultorias e dessa forma eu tenho reduzido o meu contrato, este semestre estou com 30 horas. Optei por isso porque entendo que aulas bem dadas implicam em tempo para prepará-las e porque necessito de tempo para ler e pesquisar outros assuntos além das aulas. Eu prezo o meu trabalho, acho que sou uma boa professora, e tenho tido retorno de meus alunos neste sentido. Então o que eu tenho feito (e sei que nem todos podem fazê-lo, porque os meus filhos já estão criados), é reduzir o meu contrato para manter o mesmo número de aulas. O que eu mudei, por exemplo, foi eliminar as provas escritas. Hoje, faço seminários que os alunos apresentam oralmente e depois escrevem, o que me garante que eu possa avaliá-los individualmente, mas não me toma tanto tempo.

Quando eu tenho que ministrar mais cursos (como no semestre passado onde todas as

minhas optativas foram escolhidas) tem sido muito cansativo. Aí ficamos numa situação muito contraditória, pois de um lado a PUC-SP exige que nós escrevamos, o currículo Lattes tem que expressar isto, mas isto não é possível porque só podemos escrever, participar, se nós reduzirmos nosso trabalho em sala de aula.

Outra coisa que eu fiz também foi renunciar a todas as comissões das quais participava. Aliás, isto eu fiz depois que, pela segunda vez, fui barrada no pós-graduação de Ciências Sociais por motivos não justificáveis, pois meu currículo permitia perfeitamente a minha inclusão. Mas nós sabemos que ali há um sistema excluyente, porque os que já estão lá - e que não forçosamente são os melhores - não querem que dividir os orientandos com os demais, de modo a garantir o seu contrato de trabalho de 40 horas. Então eu decidi que não vou mais trabalhar gratuitamente para uma universidade que não remunera nem valoriza os seus professores.

Do ponto de vista da PUC-SP, creio que ela está dilapidando o seu patrimônio cultural que foi construído nestes 60 anos. Gradativamente seu nível de qualidade irá caindo e quando isto se tornar evidente nas avaliações externas, menos alunos concorrerão à PUC-SP, e com isso a sua crise se agravará, já que ela não é barata. Eu não sei em quanto tempo os nossos professores garantirão a qualidade do ensino, porque eles estão cansados, dão muitas aulas e não têm tempo de estudar.

Outro problema é o da renovação do corpo docente. Como temos estes salários extremamen-



VALERIO PAIVA

muitos que chegam a ter 16, 17.

Assim, quando o patrimônio cultural da PUC-SP for dilapidado inteiramente ele não se reconstruirá rapidamente e isto, do ponto de vista econômico, é uma grande ignorância. Mas esta tem sido a política administrativa da PUC-SP que quer fazer economia em cima do salário do professor, tebaixando a qualidade de ensino.

## DIFERENÇA DE CONTRATOS

Do ponto de vista administrativo eu sempre pensei que uma escala de salários tão ampla, que pode permitir na ponta titulares ganharem até R\$ 16 mil e outros embaixo ganhando muito pouco é algo que não é sustentável administrativamente. Mas a solução não deve ser somente administrativa, ela tem que ser negociada com o conjunto dos professores, e principalmente com estes que ganham tão alto. Mas estes em geral estão nos cargos de direção, o que significa que não será um diálogo fácil.

Do ponto de vista dos alunos creio que a PUC-SP deveria trabalhar com níveis distintos de mensalidades, definidos de acordo com a renda familiar de cada um deles. E devia ampliar o número de bolsas concedidas.

Do ponto de vista político acho que o conjunto de meus colegas, com raras exceções, abriu totalmente mão de se comportar como uma categoria à frente de uma situação como esta. Nós estamos nos deixando destruir, pois não podemos esquecer que

continua na próxima página



continuação da página anterior

foi o próprio Conselho Universitário que aprovou a primeira "maxiexploração".

Talvez seja a grande diferença de salários e contratos o que nos divide efetivamente como categoria. E numa situação em que não há uma solidariedade de grupo e uma vida acadêmica alicerçada no mérito, temos uma inviabilização política da categoria até o ponto em que ela se torna incapaz de lutar por seus direitos. Trata-se de uma escolha por não lutar coletivamente e resolver individualmente cada situação por meio das relações pessoais, de poder administrativo, troca de favores, etc.

Os contratos de trabalho deveriam se basear nas exigências reais. Essa questão de que são dois, três ou quatro créditos, isto é o menos importante. O que pesa mais para o professor é aquilo que ele tem de preparar para dar esta aula. Os contratos deveriam privilegiar mais o número

de programas, do que o número de créditos.

As outras atividades que o professor exerce são importantíssimas, os conselhos departamentais, comissões científicas, a orientação (se o professor orienta mais TCCs ou iniciação científica o contrato dele é igual). Agora eu não me ofereço mais para ter alunos em iniciação científica, porque é uma trabalhadeira infernal que não se reflete no contrato de trabalho.

### MAXIEXPLORAÇÃO

As comissões que começaram na PUC-SP a repensar o contrato de trabalho já haviam definido que o que conta é o número de programas e as atividades extra-sala de aula de pesquisa e extensão.

Então essa maxiexploração 1 e depois a maxiexploração 2 criaram problemas na distribuição do contrato do professor, porque se você for assumir quatro turmas e dois programas você fica com 30 horas. Nesse caso assumimos outra turma, porque aí temos três programas, 40 ho-

ras, mas isso só piora a qualidade das aulas. O fato de não remunerarmos a orientação de TCC e da iniciação científica faz com que professores não queiram assumir esse trabalho.

É só verificarmos um contrato de trabalho de professor no pós e vemos quantos orientandos esse professor tem. Aqueles que têm muitos orientandos não têm nenhuma orientação científica ou TCC. E os professores da graduação ficam com todos os TCCs até a hora em que eles não têm espaço para mais nenhuma.

Não faltam estudos e propostas no sentido de como se compor um melhor contrato, o que falta é boa vontade da Fundação de olhar para o problema e confiar que nós temos razões para saber o que é um contrato melhor. Nós não estamos no raciocínio do 'queremos ganhar mais', nós estamos pensando em continuar a sermos bons professores, mas para isto é preciso ouvir o que estamos dizendo, em vez de nos tratar como simples batedores de ponto preguiçosos, na entrada e na saída. Provavel-

mente grande parte das universidades privadas são piores porque acumulam mais alunos por sala de aula, mas, por outro lado, cada vez mais nós temos 50, 55, 60 alunos em sala de aula, em salas absolutamente depauperadas, sem ventilação, barulhentas, com uma infra-estrutura deprimente.

Agora, nas públicas, é óbvio que ninguém entende esta nossa situação. Nossos salários podem ser, com relação a algumas delas, até mais altos, mas a quantidade de aula que nós damos não se compara. Nós estamos entre as privadas e as públicas, mas piorando cada vez mais e daqui a pouco estaremos sendo ultrapassados pelas melhores universidades privadas. O Mackenzie em termos de salário, segundo colegas que saíram daqui, está melhor lá. O mesmo parece acontecer com relação à Anhembi-Morumbi, que, além disso, tem condições de trabalho e infraestrutura bem melhores que as nossas. O que nos segura por enquanto é a fama, mas não poderemos ficar deitados nela para toda a eternidade."

## Maximização: professor trabalha 44 horas na docência para preencher contrato de 40

A comissão de Contrato de Trabalho da APROPUC realizou um levantamento com professores de vários departamentos para saber o tempo gasto pelos docentes para cumprir as tarefas exigidas de um docente de tempo integral. O resultado final levou à alarmante constatação de que um professor TI, que deveria ter uma dedicação semanal de 40 horas, hoje, pelas tarefas que lhe são atribuídas pela instituição, gasta, no mínimo, 44 horas semanais.

Esse resultado aponta para um acúmulo de tarefas que impedem o professor de exercer outras atividades inerentes à carreira docente. Por exemplo, fica difícil imaginar quando o docente vai encontrar tem-

po para se dedicar à pesquisa. Ou quando ele poderá encaixar um curso de extensão, uma orientação científica, em seu dia-a-dia. Escrever artigos para revistas científicas ou acadêmicas parece algo fora de cogitação, o mesmo acontecendo com a participação em seminários, congressos ou outros eventos, encontro de pesquisadores etc.

Mas, mesmo assim, já ouvimos nossos gestores falar em 20 horas em sala de aula para cumprirmos uma jornada de tempo integral. Ou seja, cada vez mais nos aproximamos do modelo das piores instituições privadas do país, afastando-nos do ensino de qualidade que sempre foi a nossa marca. (veja ao lado o levantamento)

QUANTAS HORAS UM PROFESSOR DE TEMPO INTEGRAL GASTA SEMANALMENTE	
ATIVIDADE	HORAS SEMANAIS
AULA	18
REUNIÕES DEPARTAMENTAIS OU EQUIPE	03
PREPARAÇÃO DE AULA (PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES, SELEÇÃO DE MATERIAIS ETC.)	12
CORREÇÃO DE MATERIAIS	10
LANÇAMENTO DE FALTAS, PLANO DE AULA E NOTAS NO PORTAL	01
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>



# Um ato pela liberdade de Cesare Battisti

Com o auditório Paulo de Barros Carvalho completamente lotado, na noite de quinta-feira, 14/4, foi realizado talvez o último ato em defesa de Cesare Battisti antes de seu julgamento. A ocasião reuniu grandes intelectuais e militantes em defesa dos direitos humanos na PUC-SP, mediados pelo professor José Arbex Jr.

A atividade foi organizada pelo departamento de Jornalismo da PUC-SP e o Comitê em Defesa de Battisti, contando com o apoio da Reitoria da universidade. O debate teve início com a apresentação do reitor Dirceu de Mello, lembrando a importância de se discutir esse tema e seu apreço em garantir o espaço para que em pouco tempo a atividade pudesse ocorrer.

Seguindo a fala do reitor, o professor Arbex leu na íntegra a nota de apoio da APROPUC à Cesare Battisti (veja quadro abaixo), iniciando assim as colocações da mesa. Celso Lungaretti, do Comitê em Defesa de Battisti, contextualizou todo o processo de prisão e perseguição e lembrou ainda que as práticas utilizadas na Itália à Cesare eram as mesmas práticas dos porões da ditadura militar brasileira.

## RISCOS DA EXTRADIÇÃO

Já Carlos Lungarzo, membro da Anistia Internacional, enfatizou o real significado da extradição de Battisti, de não zelar por sua vida, integridade física e psicológica. Lungarzo apresentou fatos concretos do riscos de vida à Cesare pelas de-

clarações públicas de seus inimigos.

O professor Paulo Arantes também esteve presente na atividade colocando a fuga de Battisti como uma "fuga sem fim". Segundo ele, trata-se de uma perseguição política interminável, por Battisti ser inocente e não existir nenhuma prova material de seus crimes, apenas a chamada "delação premiada".

## DESSERVIÇO DA MÍDIA

Representando os parlamentares apoiadores de Battisti, o senador Eduardo Suplicy relatou todas suas conversas com ministros e secretários, para que a articulação nesse caso não se desse apenas pela pressão popular, mas também no âmbito político.

Para concluir as exposições e para que o debate fosse aberto a intervenções do público, o professor Arbex enfatizou que a cobertura do caso é uma farsa da grande mídia, que combate Cesare Battisti pelo que ele representa: "a luta dos trabalhadores, à luta por um sonho", concluiu.



MARINA D'AQUINO



Acima, mesa mediada pelo professor José Arbex Jr., ao centro os debatedores senador Eduardo Suplicy, Carlos Lungarzo, Paulo Arantes e o reitor Dirceu de Mello, e abaixo participantes do debate

## Nota de apoio à Cesare Battisti da Diretoria da APROPUC

A diretoria da Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC, vem saudar a realização deste ato em solidariedade a Cesare Battisti, perseguido político que se encontra preso desde março de 2007 no Brasil. A decisão do então presidente Lula no final de seu mandato de não extraditar Battisti ainda não garantiu a sua liberdade, e o caso voltou para o STF. Ce-

sare Battisti continua preso até hoje, uma afronta aos direitos humanos.

Um país como o Brasil, ainda cheio de feridas causadas pelos milhares de mortos da ditadura militar, deveria se envergonhar de ter concedido asilo aos ditadores Alfredo Stroessner e Marcelo Caetano. Por isso é hipocrisia submeter a soberania nacional e o direito a liberdade de um refugiado

político aos interesses da corrupta justiça italiana, a mesma que se recusou a extraditar o banqueiro Salvatore Cacciola ao Brasil.

A diretoria da APROPUC exige que o Estado brasileiro, na defesa dos direitos humanos, negue a extradição e liberte Cesare Battisti.

**Bia Abramides**  
Presidente da APROPUC



## FALA COMUNIDADE

# Serviço Social, o movimento não para e a luta continua...

Após intensa luta no ano de 2010, por gratuidade do curso, flexibilização para negociação dos alun@s inadimplentes e retorno das aulas nas salas de nosso corredor histórico, iniciamos 2011 com a mensalidade reduzida em torno de 30% para tod@s alun@s. Apenas uma pequena parcela de alun@s conseguiram negociar seus débitos, nossas aulas ainda estão distribuídas em diversas salas e não somente em nosso corredor his-

tórico. Vale aqui lembrar também de nossa luta conjunta com demais cursos durante a ocupação da Reitoria ocorrida no semestre passado, que trouxe para todos os cursos a redução no valor do bandeirão para R\$ 6,00 e o edital de 100 bolsas integrais para alun@s de todos os cursos da universidade.

A luta pela gratuidade do curso permanece como interesse de tod@s, até por que ela não surgiu no ano passado, mas é uma longa

história de luta do Serviço Social, assim como a discussão sobre a estatização da PUC-SP. Acompanhada de lutas e reivindicações anteriores, assim como conquistas de ontem e hoje, o curso de Serviço Social e nossa formação enfrentam uma crise no mercado de estágio, a qual a PUC-SP não investe na inclusão de seus alun@s e perde espaço para demais universidades; nossos alun@s inadimplentes não conseguem negociar de

forma flexível e justa, uma perseguição financeira com imposições nada filantrópicas e sociais. Foi decidido pela PUC-SP e Fundação que nosso curso não abrirá mais turma no período diurno e corremos o risco de fechamento do curso. Nossa luta sempre foi e será a favor de um ensino público, democrático, laico e de qualidade.

CASSPUC-SP  
Gestão "A Retomada..."

## ABEPSS discute precarização do ensino

No último dia 14/4, aconteceu na sede da APROPUC a 2ª reunião da Regional Sul II da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), regional responsável pela articulação dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Estiveram presentes docentes e discentes da PUC-SP e Campinas, UNESP-Franca, Uniban, Uninove, Unicsul, Unicastelo, Unip, Uni-Santos, FMU e da FAMA. Representantes da Unifesp, da Unilins e da Universidade de Dourados justificaram as ausências.

Na primeira parte do encontro, a professora Bia Abramides, da PUC-SP e da APROPUC, conduziu o debate sobre a precarização do ensino e as consequências para o

trabalho docente. Bia fez um resgate histórico da situação do ensino no país, partindo desde o período da ditadura militar até o Plano Nacional de Educação vigente no governo Dilma, passando também pelos governos FHC e Lula, possibilitando entender os processos que levaram ao atual cenário de precarização do ensino no Brasil.

### EDUCAÇÃO E SISTEMA CAPITALISTA

A professora deixou claro que a educação plena e emancipatória é praticamente inconcebível dentro dos marcos do sistema capitalista, e ressaltou a importância da ABEPSS no movimento de resistência, em uma luta que sempre transcen-



MARINA DI AQUINO

A professora Bia Abramides (dir.) fala em reunião da ABEPSS, tendo ao seu lado a Vice-Presidente da Regional Sul II da entidade, Francisca Pini, docente da FAMA.

deu o corporativismo, inserindo o assistente social e o educador em Serviço Social nos problemas gerais da classe trabalhadora.

A tarde, os representantes da regional discutiram o planejamento para o ano de 2011, com as contribuições da reunião da ABEPSS nacional

e do Plano de Lutas da entidade. Entre as principais bandeiras para o ano estão o acompanhamento da questão de estágios cada vez mais precarizados na cidade de São Paulo, o combate contra o ensino a distância e, claro, a luta contra a degradação do trabalho dos profissionais da área.



## GAUCHE NA VIDA

# O combate às opressões específicas na agenda brasileira

*Luka Franca*

Fiquei matutando sobre o que escrever hoje, pois muitas coisas aconteceram: o STF julgou constitucional a Lei Maria da Penha, houve mais um ataque homofóbico na região da Av. Paulista, em São Paulo, Dilma lançou a Rede Cegonha em Minas Gerais e, novamente, o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) volta à mídia falando suas besteiras reacionárias, homofóbicas e racistas. Todas são questões relevantes quando se debate a opressão de gênero no Brasil - mesmo o anacronismo do deputado Bolsonaro, pois nada mais é do que a alegoria do conservadorismo brasileiro.

Os quatro acontecimentos são a ponta do iceberg do aprofundamento do machismo na nossa sociedade; talvez o mais grave tenha sido a contestação no começo do ano sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e dos dispositivos jurídicos que ela criou. O STF acertou em julgar constitucional a lei, porém o investimento mínimo na implementação de casas, abrigos, centros de referência e na capacitação dos profissionais do judiciário para acolher a mulher em situação de violência ajuda a perpetuar a impunidade e os altos índices de feminicídio no país. Criar a lei e não ter verba para implementá-la, seja no âmbito estadual ou federal, está longe de garantir a vida

das mulheres no país. Na verdade, acaba apenas sendo uma fachada bonita para os graves problemas de opressão de gênero. A lei é importante, mas a real implementação dela sem cortes de verba é essencial para o combate da violência machista.

É óbvio que figuras como Jair Bolsonaro e Edilson Rumbelsperger Rodrigues - juiz de Sete Lagoas que chamou a Lei Maria da Penha de "monstrenha" - são alegorias extremas da face conservadora do Brasil. Seria mais fácil combater o racismo, homofobia e misoginia se todos os atores que reforçam estas opressões fossem tão claros como estes dois exemplos. Infelizmente, não o são e as opressões específicas acabam disseminadas pela sociedade justamente pela dissimulação de diversos setores: o famoso "toma lá, dá cá". Quão mais fácil seria lidar com gente assumidamente fascista como os agressores do militante LGBT Guilherme Rodrigues? O problema é mais profundo, pois, quando não se trata o combate às opressões como parte fundamental do programa político a ser disputado na sociedade, vemos aberrações como defender o direito dos LGBTs e ao mesmo tempo apoiar um dos principais expoentes contra a criminalização da homofobia para a presidência do Senado - como foi o caso das senadoras Marta Suplicy e Gleisi Hoffman que apoiaram o senador e

oligarca José Sarney nas eleições à presidência do Senado, mesmo havendo uma candidatura à esquerda e ligada ao debate de combate às opressões.

O combate às opressões é tão ideológico e difícil de fazer que até mesmo programas que deveriam ajudar no combate à mortalidade materna retrocedem na discussão sobre a integralidade do atendimento à saúde da mulher - e mulheres não são apenas úteros reprodutores, precisam de atenção por conta de câncer de mama, pressão alta e diversas outras doenças. Ou seja, não basta apenas combater a violência no parto, que é assustadora, mas também acolher a mulher que não quer ser mãe ou que por algum motivo não pode, pensar em saúde para todas as mulheres e não apenas para as heterossexuais em idade reprodutiva. Neste momento, é cada vez mais difícil a resistência para manter os poucos direitos reprodutivos que temos. Seria, por exemplo, de extrema importância o Ministério da Saúde e o Governo Federal resgatarem a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 1983, e não voltarem para a lógica de saúde binômio mãe-criança, não pensando em política de saúde para mulheres violentadas e capacitação de profissionais que atendem mulheres em processo de abortamento - tudo para combater, no cerne da sociedade, o machismo.

Por conta dessas e de outras, estou plenamente convencida de que a luta feminista e antirracista são partes fundamentais de um programa político de esquerda no país, pois não dá para pensar ruptura social sem pensar na mudança de relações sociais e no perfil da classe trabalhadora brasileira, que tem sim cor e gênero. Não podemos mais nos valer apenas dos discursos quando vemos políticas públicas reforçando um lado - o mesmo lado de sempre - da saúde da mulher, quando não há verbas suficientes para implementação dos dispositivos jurídicos e sociais que salvariam nossas vidas. Não haverá revolução no Brasil se não for pensado junto com o socialismo o feminismo e o antirracismo.

*Luka Franca é jornalista. Este artigo foi escrito originalmente no site [http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13920:o-combate-as-opressoes-especificas-na-agenda-brasileira&catid=315:a-segunda-luta&Itemid=21](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=13920:o-combate-as-opressoes-especificas-na-agenda-brasileira&catid=315:a-segunda-luta&Itemid=21)*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**



## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Primeiro de maio de luta

Em seu 125º ano de existência, o 1º de maio, Dia do Trabalhador, já tem diversas atividades programadas em São Paulo. A data, que tradicionalmente era celebrada no Brasil com manifestações, piquetes da classe trabalhadora, já no governo de Getúlio Vargas transformou-se numa mera comemoração com desfiles e festas, mudando completamente o caráter político da data.

Enquanto CUT, CTB e Força Sindical farão festas, sorteios de prêmios como apartamentos e carros, na Praça da Sé, movimentos sociais e diversas entidades, como o Fórum das Pastorais Sociais, CEBs da



Arquidiocese de São Paulo, CSP Conlutas, Intersindical, Unidos para Lutar,

Sindicato dos Metrôviários de São Paulo, Consulta Popular, PCB, PSTU, PSOL, lembrarão o dia em luta e resistência. A APROPUC também apoia e participa ativamente da organização.

A programação do ato conta com a missa dos trabalhadores, às 9h, na Catedral da Sé, seguida de ato político e cultural, às 10h30, na Praça da Sé, com apresentação de artistas populares com música brasileira, latina, hip-hop, teatro e cordel, como Mirian Mirah, Marginaliaria, Família Rap Nacional, espaço cultural Carlos Maringhela e coletivo dos artistas socialistas.

## Projeto Revoluções realiza conferência com Frei Betto

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e a Boitempo Editorial, em parceria com o SESC, tem realizado diversos cursos, seminários, debates, oficinas e exposições com a temática das revoluções sociais sob a perspectiva dos direitos humanos, da estética e da política.

O projeto, intitulado *Revoluções*, realiza agora uma conferência com o militante social e um dos expoentes da Teologia da Libertação, Frei Betto. A conferência "Imaginário, Futuro e Utopia" acontece no dia 19/4, às 19h30, no 2º andar do SESC Pinheiros (Sala de Leitura). O SESC Pinheiros fica na Rua Paes Leme, 195, em Pinheiros.

## Professores de universidades baianas em greve

Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), entraram em greve, no último dia 7/4, após o governador Jaques Wagner (PT-BA) ter cortado R\$ 1,1 bilhão no orçamento para o ano de 2011.

O decreto nº 12.583/11, publicado recentemente pelo governo do Estado, engessa a categoria docente até 2015, desrespeitando os professores, ao quebrar o acordo de incorporação da gratificação e proibir qualquer reajuste salarial

por quatro anos.

Nas três universidades também há mobilização de estudantes em apoio à paralisação dos professores. Na UESB que possui sedes em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, os alunos já se manifestaram por melhores condições de ensino.

A APROPUC é solidária aos professores das universidades e defende a revogação imediata do decreto 12.583/11, o fim do arrocho salarial, solução para as pendências trabalhistas, a melhoria das condições de trabalho e assistência estudantil nas universidades baianas.

## Funcionários terceirizados da USP paralisam atividades

Desde o dia 8/4, os trabalhadores da empresa União, que presta serviços de limpeza para a USP, estão paralisados exigindo o pagamento de seus salários. Os funcionários estão sem receber desde que a universidade cancelou o contrato com a terceirizadora.

A terceirização está diretamente ligada ao projeto de privatização dos serviços públicos e da precarização das relações de trabalho, como visto no caso dos funcionários desta empresa de limpeza. Além de não terem os mesmos direitos que os servidores da univer-

sidade, sofrem com os baixos salários, assédio moral e o preconceito da própria comunidade universitária.

A APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP declara total apoio à luta dos trabalhadores terceirizados da USP, contra a precarização e exploração do trabalho, em defesa dos direitos trabalhistas que foram negados pelos donos da empresa União e pela Reitoria da USP, e da substituição do processo de terceirização por empregos públicos, com todos os direitos comuns ao conjunto do funcionalismo.



# ROLA NA RAMPA

## Comitê Unificado realiza mais uma reunião

Na última terça, dia 12/4 ocorreu mais uma reunião do Comitê Unificado. O Centro Acadêmico de Serviço Social relatou os problemas que os alunos veem enfrentando em relação ao estágio e as polêmicas que o assunto vem causando. Outros informes da reunião foram que CACS vai promover um debate sobre licenciatura, no dia 20/4, e a APROPUC realizará uma discussão com os professores, no dia 18/4, sobre as tabelas diferenciadas vigentes nos contratos.

Por fim, o Comitê deliberou apoio às funcionárias terceirizadas em greve na USP e se posicionou pela nulidade do processo dos sindicatos na ocupação de 2007. Visando aumentar a mo-

bilização neste período, a próxima reunião do Comitê ficou marcada para daqui a três semanas, no dia 3/5, às 18h, na sede da APROPUC.

Já o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) publicou na semana passada seu 1º jornal unificado do ano. Além de pautas ligadas ao contexto geral da universidade, como a conjuntura que a PUC atravessa, a questão das bolsas, ainda insuficientes, e a atuação da frente feminista, foram elencados diversos problemas dos cursos, mostrando que, apesar das especificidades, a precarização do ensino é regra geral na PUC-SP. Além do jornal unificado, o CCA programou para a semana uma série de atividades realizadas no Pátio da Cruz.

## Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Dando continuidade à SI-PAT 2011, será montado, a partir do dia 18/4, em frente à Central de Cópias do campus Monte Alegre, um mural de conscientização ambiental, com diversas informações sobre reciclagem de lixo. Ainda no campus Monte Alegre, no dia 20/4, às 14h, acontece, no Auditório 117A (Prédio Novo), uma palestra de combate ao alcoolismo.

Nesta semana, terá início também, em todos os campi da universidade, o Concurso de Participação para aqueles que compareceram às atividades do evento. Serão enviados aos funcionários, a partir do dia 18/4, volantes, que devem ser respondidos e depositados nas urnas até o dia 27/4. No encerramento, dia 29/4, serão sorteados prêmios entre os participantes.

## Ciclo de cinema discute ditaduras latino-americanas

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais promoverá, entre os dias 19/4 e 4/5 um ciclo de cinema abordando as ditaduras no Brasil e na América Latina. O CACS procurou os setores responsáveis pela reserva

de salas para eventos com bastante antecedência, porém todos os espaços foram negados, razão pela qual o evento ocorrerá na APROPUC. A programação completa está no site [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

## Professores e funcionários posicionam-se a favor dos estudantes sindicados

Os conselheiros do Consun já receberam o processo que foi movido contra os estudantes que ocuparam a Reitoria em 2007. Provavelmente na próxima semana o Conselho colocará em pauta o pedido da ex-aluna Viviane Cantarelli para que o processo seja anulado. Apesar da resistência de alguns conselheiros, boa parte da universidade está se posicionando a favor da anulação completa dessa pena, que se transformou numa das maiores injustiças já praticadas por esta universidade. Além da APROPUC, que mandou nota aos conselheiros, os professores do

departamento de Jornalismo e de Serviço Social também se posicionaram exortando aos conselheiros que votem pela nulidade do processo, absolvendo os estudantes sindicados. Além do prejuízo que tal decisão, impressa em seus prontuários, pode acarretar às suas carreiras profissionais, trata-se de apagar uma mancha que turvou toda a tradição democrática da PUC-SP. A AFAPUC, que já havia manifestado sua solidariedade aos estudantes durante a ocupação de 2007, também apoiou a reivindicação da ex-aluna Viviane Cantarelli.

## Publicações da APROPUC a todo vapor

Nos próximos meses estão programados vários lançamentos de revistas da APROPUC. No mês de maio, juntamente com um grande evento promovido pela APROPUC, Neils - Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais e Núcleo de Estudos de História, além do Conselho de Centros Acadêmicos da PUC-SP, sobre os 140 anos da Comuna de Paris, acontece o lançamento de um número especial da *Revista PUCviva*. No mesmo mês a revista também marcará presença entre os docentes com uma edição sobre a crítica ao esporte. Entre os meses de junho e agosto mais dois lançamentos da série *Cultura Crítica*, o primeiro abordando a obra do escritor português José Saramago e a segunda comemorando o centenário de Noel Rosa e Adoniran Barbosa.

## Reitor lança edital para eleições gerais

O reitor expediu o ato 13/2011 *ad referendum* do conselho universitário regulamentando o processo eleitoral, cuja votação acontecerá na PUC-SP nos dias 14 e 15 de junho. As eleições ocorrerão para os cargos de chefe de departamento e suplente, coordenação de curso de graduação e pós-graduação com seus respectivos vice-coordenadores. Além disso, serão eleitos os representantes docentes e seus respectivos suplentes, para os conselhos gerais da universidade. Os funcionários administrativos também realizarão eleições para seus representantes nos conselhos da universidade, cujos mandatos terminam em agosto. Diferentemente das eleições docentes, quem regula as eleições administrativas são os próprios funcionários.